Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo **Class.:** 45

Data: 31/05/80 **Pg.:**

A Eletronorte tenta acordo com gaviões

Dos correspondentes

Os presidentes da Funai e da Eletronorte iniciaram ontem — inclusive com uma visita à reserva indígena Mãe Maria, no Pará — entendimentos com os índios da tribo Gavião sobre a penetração de uma linha de transmissão de energia nas terras da comunidade, havendo, agora, a expectativa de um acordo entre a empresa e os índios. Isso, no entanto, ainda é considerado muito difícil, segundo se informou em **Belém.**

Há seis anos, índios e Eletronorte estão discutindo as bases da indenização que a empresa deveria pagar pela abertura de um **picadão** de 150 metros de largura por 19 quilômetros de extensão, atravessando a reserva Mãe Maria, que possui 50 mil hectares. A princípio, os índios calcularam em Cr$ 1 milhão o valor do prejuízo que teriam com a derrubada das castanheiras existentes na faixa de domínio da linha de transmissão de energia, que ligaria a hidrelétrica de Tucuruí ao sistema Chesf e a Belém. Mas a Eletronorte recusou-se a pagar o valor pedido pelos índios, seguindo-se, então, uma série de desentendimentos e negociações que apenas aumentou a desconfiança dos índios. No último cálculo apresentado à Funai, os gaviões já haviam estabelecido em Cr$ 83 milhões o valor da indenização.

A Eletronorte considerou excessivo esse valor e negou-se a pagar os Cr$ 83 milhões, e, no início de maio, o chefe da 2ª Delegacia Regional da Funai esteve na aldeia dos índios. Estes, no entanto, disseram-lhe que só aceitariam um entendimento direto com os presidentes da Funai e da Eletronorte, que ontem chegaram à área atravessada pela rodovia PA-70, que liga Marabá à Belém-Brasília e às proximidades do rio Tocantins.

Discriminação

Em **Bauru**, o delegado regional da Funai, Alvaro Villas Boas, acusou a Legião Brasileira de Assistência de discriminar os postos indígenas sob sua jurisdição e que se localizam no centro e norte do Paraná. Segundo disse, a LBA recusa-se a doar árvores frutíferas e máquinas de costura aos índios dessas regiões, enquanto fornece ajuda aos postos do sul do Paraná, abrangidos pela delegacia da Funai em Curitiba.

Villas Boas afirma que a discriminação é feita com o consentimento de Léa Leal, presidente da LBA, e do diretor da organização no Paraná, Luís Luna Pedrosa. "Eles alegam que, se dessem ajuda aos postos do norte e centro do Paraná, esta seria para São Paulo. Isso é um absurdo, ainda mais que a LBA é uma instituição federal."